

Brasil

Em 2011, o Brasil fez consideráveis progressos em suas iniciativas para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O Governo aprovou a Lei da Assistência Social, que instituiu oficialmente o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a fim de coordenar as atividades para erradicar a pobreza, inclusive o Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Esta lei torna obrigatório, pela primeira vez, o financiamento dos estados e municípios para programas sociais no âmbito do SUAS. O Governo do Brasil também criou o programa Brasil Sem Miséria, destinado a tirar 16 milhões de pessoas da pobreza extrema, e que também visa o trabalho infantil. US\$10,8 bilhões serão alocados para este programa anualmente até 2014 inclusive. No quadro de seu vigoroso sistema de fiscalização, o Brasil levou a cabo 7.024 fiscalizações de trabalho infantil e alocou para este fim US\$1,7 milhão. Apesar dessas iniciativas, restam lacunas na aplicação da lei. Certo número de juízes expediu autorizações de trabalho para crianças abaixo dos 16 anos, em alguns casos para executar trabalhos perigosos, como o de catadores, trabalhadores na construção civil e na produção de fertilizantes. Ainda há crianças empregadas nas piores formas de trabalho infantil, inclusive em atividades perigosas na agricultura e em serviços de rua.

Este relatório mostra que as seguintes iniciativas contribuiriam para eliminar as piores formas de trabalho infantil no Brasil:

Área	Iniciativas Sugeridas	Ano(s) em que as Iniciativas Foram Recomendadas
Leis e Regulamentos	Impedir que os juízes expeçam para crianças abaixo de 16 anos autorizações de trabalho nas piores formas de trabalho infantil: <ul style="list-style-type: none">• impondo as recomendações expedidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público;• instituindo diretrizes para a expedição de autorizações de trabalho pelos juízes; e• elevando entre os juízes a consciência em relação ao Decreto Nº 6.481 de 2008 e outras normas legais sobre o trabalho infantil.	2011
	Ampliar a definição de tráfico humano no Código Penal de modo a tipificar como delito o tráfico para a exploração do trabalho.	2011
Políticas	Elaborar um sistema de monitoração para acompanhar a implementação de políticas sobre o trabalho infantil.	2009, 2010 e 2011
	Efetuar mais pesquisas sobre as piores formas de trabalho infantil, particularmente sobre as crianças empregadas no tráfico de drogas, em serviços domésticos e na exploração sexual comercial, bem como sobre as crianças sujeitas a trabalhos forçados e o trabalho infantil	2009, 2010 e 2011

Área	Iniciativas Sugeridas	Ano(s) em que as Iniciativas Foram Recomendadas
Políticas	em comunidades indígenas.	
Programas Sociais	Respaldar os governos locais na implementação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) com recursos para uma monitoração efetiva, identificando a assistência técnica de que as comunidades necessitam, elevando a consciência e instituindo as melhores práticas para lidar com o trabalho infantil.	2009, 2010, 2011
	Zelar para que as famílias beneficiárias dos programas PETI e Bolsa Família cumpram o requisito do programa no sentido de manter as crianças na escola e sem trabalhar.	2009, 2010, 2011